

tração fundiária brasileira. Pelo contrário, são também vítimas dela. Dá-se muito mais importância à propriedade jurídica das terras do que à sua posse imemorial ou à sua função social, e por isso poucos se questionam se, por exemplo, os latifundiários que utilizam suas terras como reserva de valor precisam delas para viver. Após muitos anos de conflitos com as populações indígenas, os despossuídos da terra começam a perceber quem, neste caso, são seus adversários. A partir daí é possível a construção de novas alianças, como a União dos Povos da Floresta, que reúne nações indígenas e seringueiros em luta contra latifundiários e grileiros, e defende também a implementação da reforma agrária.

É preciso que os segmentos da sociedade brasileira comprometidos com a construção de uma sociedade democrática e que, de alguma forma, compartilham visões de mundo que permitem posições como as referidas acima, repensem suas próprias posições e ajudem a criar as condições políticas para que interesses econômicos privados e corporativistas não prevaleçam, impedindo a demarcação das terras indígenas.

É preciso lembrar igualmente que os interesses das maiorias sociais só poderão ser alcançados através de uma sociedade democrática, e esta jamais poderá ser construída sobre um etnocídio que nos torne, a todos, homogêneos.

## ENERGIA E DESENVOLVIMENTO: O SONORO "NÃO" DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

MARIA STELA MORAES  
Colaboradora do IBASE

### 1. DESENVOLVIMENTO AUTORITÁRIO

Nestes tempos pós Rio-92, mais uma vez o conceito de "desenvolvimento", agora "sustentável", aparece como a panacéia para os males de um mundo ameaçado pela destruição da vida, natural e humana.

Acompanhado de adjetivos ou usado como sinônimo de civilização, progresso, modernização e industrialização, o "desenvolvimento" tem sido palavra-chave nos mais diferentes momentos do processo de implantação, expansão e universalização das relações capitalistas de produção, desde os primórdios da Idade Moderna.

O conceito moderno de progresso e desenvolvimento está intimamente ligado à idéia de "dominação da natureza", considerada como um conjunto de "recursos naturais" a serem explorados pela força de trabalho dos "recursos humanos", sob o controle do capital e atendendo às suas necessidades de acumulação.

As diferenças culturais e os parâmetros de "avanço" ou

"atraso" social vão ser definidos pelos "níveis de desenvolvimento", ou seja, maior ou menor capacidade de controlar a natureza, e pela força de trabalho alienada e reificada pelas relações sociais que emolduram a produção de riqueza e a reprodução da vida mercantilizada que caracteriza essa forma de sociedade.

Na rota da expansão do capital e de seu império, construiu-se a dialética entre colonizadores e colonizados, ricos e pobres, avançados e atrasados, desenvolvidos e subdesenvolvidos. São pólos contraditórios de uma mesma unidade dialética mas que a ideologia desenvolvimentista apresentou, metaforicamente, como pontos de partida e de chegada de um caminho linear que poderia ser percorrido por qualquer país.

Os países que se constituíram, historicamente, como pólo dominado nessas relações impuseram-se a tarefa de correr contra o "atraso", em direção aos padrões de modernidade e civilização já alcançados por aqueles confortavelmente instalados na outra ponta da polaridade. "Generosos" e "solidários", estes últimos patrocinaram aquela corrida, através de programas de "cooperação internacional", de conteúdo econômico ou tecnológico, que acabaram por se revelar astutos mecanismos de solidificação e aprofundamento das mesmas relações de exploração, expropriação e dominação.

O Brasil não poderia ter sido exceção, e vem percorrendo o mesmo percurso de tantos outros países que, quanto mais se movimentam rumo às metas desenvolvimentistas (padrões competitivos de industrialização, expansão do mercado interno, autonomia econômica e tecnológica, soberania política, segurança e ordem democrática), mais escorregam na direção da dura realidade vivenciada pela maior parte da humanidade, mas especialmente sentida pelas populações chamadas de "terceiro-mundistas" (dívida externa, atraso tecnológico, primitivismo político, autoritarismo, exclusão social, atrofia do poder aquisitivo, violência, miséria e destruição).

Historicamente, as estratégias desenvolvimentistas adotadas no Brasil têm assumido características diversas nas diferentes conjunturas. Variam de acordo com as necessidades decorrentes do movimento de expansão, retração ou remanejamento do capital transnacional e conforme o elo que encontram nos interesses locais de setores hegemôni-

cos, poderosos aliados internos daqueles projetos. Assim, tivemos o processo de "substituição de importações", incrementado pelo nacional-desenvolvimentismo acelerado de Juscelino Kubitschek, o "desenvolvimento com segurança" dos governos militares, a constrangedora receita neoliberal do "desenvolvimento recessivo", que prepara o caminho para o mais recente e duvidoso projeto de um "desenvolvimento sustentável", cujo conteúdo conservador vem sendo exaustivamente denunciado por críticos e analistas.

Foi no contexto da crise do petróleo, no início dos anos 70, que surgiu a necessidade de redução do consumo de energia nos países avançados, problema solucionado através da transferência para os países periféricos da produção de bens eletro-intensivos. A esta necessidade somava-se a urgência de reciclagem dos recursos decorrentes dos "petrodólares", o que acabou por incentivar e viabilizar uma série de macroprojetos econômicos.

Já naquele momento, mas de forma muito mais contundente, a defesa ambiental era acusada de representar interesses retrógrados, que pretendiam impedir o desenvolvimento. A força deste argumento fornecia a justificativa para a transferência de empresas que fugiam do rigor da legislação ambiental e das pesadas cargas tributárias em seus países de origem. O Brasil, paraíso dos incentivos e da generosidade fiscal, fornecia, ainda, toda a infra-estrutura necessária para o bom funcionamento das novas indústrias. O importante era a importação de capital (financeiro e industrial), de modo a viabilizar o crescimento da economia, mesmo que este deixasse um rastro de miséria e destruição, parte integrante daquela estratégia de desenvolvimento excludente. Neste quadro é que proliferam os projetos de grande porte, sem a menor preocupação social ou ambiental, e sua implantação vai repousar sobre a construção dos grandes projetos hidrelétricos. Estes, por sua vez, só podem ser concretizados no interior da nova estrutura de produção e distribuição de energia elétrica, cuja constituição inicia-se em 1963, com a criação da Eletrobrás. Este fato marca o processo de transição do antigo modelo fundado sobre a atuação de apenas duas empresas privadas e controladas por interesses transnacionais (a Light e a AMFORP/EBASCO) para o novo sistema criado para amenizar as eternas tensões entre a "vertente privada" e a "vertente institucional".

Ao longo desse processo, a "vertente privada" se multiplica, redefinindo alianças e articulações para poder inserir-se nos diversos segmentos estratégicos da estrutura de produção de energia hidrelétrica: 1. estudos e projetos; 2. construção civil; 3. equipamento elétrico pesado; 4. montagem dos equipamentos. É neste ponto que se revela a enorme trama de interesses empresariais privados que impulsiona a implementação da política de grandes projetos do setor elétrico. Além de harmonizar interesses, solidificam uma forte muralha de poder informal (técnico e econômico), com enorme capacidade de intervenção nas decisões do setor elétrico.

Todas essas decisões prescindem de mecanismos democráticos de consulta ou de aprovação, e baseiam-se em justificativas ideológicas bem conhecidas, a do "desenvolvimento modernizante", além de duas outras mais características do próprio setor elétrico. De um lado, a ideologia da "economia de escala", que afirma serem tanto menores os custos quanto maior a central, o que a experiência não tem podido comprovar. Por outro lado, a concepção de "sistemas interligados" favorece a construção de grandes centrais, que requerem linhas de transmissão muito maiores e conectadas em uma só rede, justificando, ainda, a concentração de informações e dos centros de decisão. Permitem, ainda, o aproveitamento do potencial hidrelétrico de fontes distantes dos centros de consumo, o que explica o direcionamento dos projetos para a Amazônia e para o extremo-sul do país, para atender a demanda do sudeste e regiões centrais.

No conjunto, essas características remontam aos fundamentos mais gerais do "desenvolvimento autoritário", marcado pela lógica instrumental do binômio custo-benefício (do capital), respaldado sempre pelo que tem recebido o nome de "interesse nacional", eufemismo que se refere ao poder econômico e político das forças hegemônicas. Esta hegemonia foi construída a ferro e fogo, engendrando classes dominantes extremamente selvagens, repressoras e destituídas de espírito público, por que movidas pela "causa maior" da acumulação privada.

Por outro lado, as históricas características difusas das identidades sócio-políticas dos trabalhadores e a fragilidade de sua capacidade organizativa dificultaram uma resistência eficaz ao processo de constituição daquele poder. Isto se deve não apenas a fatores que remontam à escravidão, como

elementos próprios à submissão, mas também ao eficiente trabalho dos mecanismos repressivos e ideológicos, o que resultou em um consenso generalizado e legitimador da lógica do lucro e da exploração do trabalho, agora disfarçada pela veste de cordeiro do "desenvolvimento sustentável". É no interior dessa mesma lógica que a exclusão econômica, social e política de amplos setores da sociedade aparece como um mal necessário e inevitável, preço justo a ser pago pela ambicionada "modernização" dos países, sinônimo de padrão internacional de competitividade econômica e tecnológica. Este padrão, atualmente, traduz-se nos eixos centrais do "desenvolvimento sustentável": a instalação de "tecnologias limpas" de produção, a implantação da "indústria ecológica" e a indução de um "mercado verde" de consumidores sintonizados com a nova estratégia de garantir a sobrevivência do mesmo sistema de acumulação, produção e circulação de bens e da sociabilidade antidemocrática que o caracteriza.

## 2. SEMENTES DE UM DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO

O contexto de extremo autoritarismo criou as condições de emergência de uma aguerrida luta social pela democratização da sociedade brasileira, a partir do final dos anos 70. Este movimento de resistência democrática faz dos anos 80 um período fecundo para a gestação das possibilidades de ruptura com esta tradição autoritária. Esta década testemunhou ainda o engendramento dos primeiros traços que prometem desenhar o perfil de um desenvolvimento democrático. Trata-se não apenas de um período de reconstrução de instituições políticas democráticas, mas caracteriza-se, principalmente, pela sua inédita capacidade de revelar as mais profundas contradições do processo de formação da sociedade brasileira. Esta realidade expõe aos nossos olhos um rico conjunto de práticas de conflito aberto e explícito; de esforços de organização, de participação e aprendizado político; de processos de criação de espaços inéditos de atuação e de formação de novos sujeitos históricos capazes de lançar as bases de uma proposta realmente nova de desenvolvimento e promoção da VIDA, no seu mais amplo sentido.

Sob este enfoque, o Movimento dos Atingidos por Bar-

ragens ocupa um lugar de destaque no cenário das lutas sociais da década de 80. Sua importância revela-se não apenas no papel que desempenha, ao lado de outras forças sociais, na luta contra a expropriação no campo, mas na sua particularidade de tocar na política de produção de energia elétrica, ponto nevrálgico do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, especialmente da estratégia baseada nos grandes projetos.

Especialistas e intelectuais ligados à área vêm chamando a atenção para a necessidade de se rever a matriz energética que sustenta o desenvolvimento autoritário, bem como os fins a que se destina a hidreletricidade produzida. São os "movimentos de atingidos", organizados a partir do final da década de 70, que vêm servindo como a grande caixa de ressonância destes alertas, transformando-os em reivindicações e bandeiras de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens nacional, que recentemente começou a se articular para garantir e generalizar conquistas localizadas.

A luta dos atingidos por barragens desvela, de forma exemplar, o processo de conformação dos "impactos" da implantação dos grandes complexos hidrelétricos. Demonstra que a conformação dos "impactos" pode assumir configurações bem diferentes daquelas previstas nos Relatórios de Impacto sobre Meio Ambiente (RIMAs) elaborados pelos técnicos das empresas de consultoria contratadas pelas agências encarregadas das obras. Estes relatórios limitam-se a prever impactos em termos de prejuízos materiais, resultantes da ação do Estado, expressos em uma linguagem quantitativa a ser traduzida em valores de indenizações. As populações são vistas como obstáculos a serem removidos pelo menor custo possível. É significativo que os "modernos" manuais técnicos refiram-se aos atingidos como "interferências" nos projetos.

A política de indenizações, aliás, é um elemento muito importante e, muitas vezes, responsável pelo desencadeamento dos movimentos. As populações redescobrem-se como algo mais que uma soma de indivíduos e trazem à luz valores sócio-culturais e determinantes históricos irreduzíveis a cifras ou cifrões. A força com que estes elementos vêm à tona é tão marcante que há uma tendência da literatura a formular a questão dos "impactos" sob a forma de uma "resposta cultural" das populações (Sigaud, 1986:34). Muitas vezes, esta "resposta" é encarada também como uma

reação conservadora de culturas "atrasadas" que se opõem ao "progresso" e à "modernização", como bem ilustram manifestações da mídia e declarações de autoridades.

Na prática, estas reações vêm se mostrando muito mais que uma "resposta", na medida em que os próprios movimentos vão conformando outros tipos de impacto. O termo, que normalmente serve para caracterizar os efeitos unilaterais do empreendimento sobre as populações e áreas afetadas, assume novo significado quando os atingidos lhe adicionam a conotação de uma estrada de mão dupla, por onde também trafegam elementos limitadores e inibidores do projeto a ser implantado. Agora, é o projeto que se configura como impertinente "interferência" nos projetos sociais e políticos dos agricultores atingidos. É neste mesmo processo que atribuem um significado ativo à forma passiva do verbo que dá nome à sua identidade política: "atingido".

É na contramão dos efeitos destruidores dos grandes complexos hidrelétricos que se constrói a sua negação, ao mesmo tempo em que se afirmam os fundamentos de uma nova sociabilidade.

### 3. O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS DO RIO URUGUAI

A história do Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai é um exemplo vivo que preenche de concretude as afirmações genéricas sobre o potencial inovador dos movimentos populares engajados na luta democrática. É uma história que revela a realidade da dupla dimensão do embate político, que amplia o significado técnico dos "impactos" em pelo menos dois níveis: interno e externo.

Tomando-se a conformação dos impactos no interior do movimento, configura-se um processo de "socialização política" que se revela principalmente nas formas de organização, participação e formação dos protagonistas desta luta. O movimento aqui enfocado vem revelando uma enorme capacidade de criar mecanismos democráticos de participação e decisão, bem como de constantes avaliações críticas de suas formas de organização. As inúmeras reestruturas pelas quais passou a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) durante estes 12 anos de luta foram sempre no sentido de ampliar as bases do movimento e

propiciar o engajamento de um número cada vez maior de trabalhadores rurais, enquanto sujeitos da luta social, em atividades que exigem compromisso e responsabilidade. Os estreitos limites da participação comunitária local vêm se ampliando e abrindo aos agricultores os horizontes de um embate nacional, forçando a busca de redes de comunicação e articulação até então inexistentes. A complexidade dos temas com que se deparam os trabalhadores em luta faz do movimento uma verdadeira escola, onde saberes multidisciplinares são apreendidos em ritmo e quantidade surpreendentes. Gesta-se, assim, uma concepção de educação mais totalizante e universal. As necessidades objetivas de sustentação econômica da luta propiciam a descoberta do enorme potencial de práticas cooperativadas de plantio e de outras formas de ação solidária.

Diretamente relacionados a este processo interno estão os "impactos para fora", configurados na capacidade de articulação e de alianças para o enfrentamento com as forças do poder, para a elaboração de propostas, para a ampliação das possibilidades de participação e intervenção nas instâncias decisórias. A conformação dos "impactos externos" depende, portanto, da força política do movimento, ou seja, é a realidade do movimento, que põe sua própria amplitude no jogo das forças presentes. Concretamente, os atingidos pelas barragens do Rio Uruguai, através da CRAB, vêm empurrando os estreitos limites da histórica relação do setor elétrico com as populações atingidas por barragens, criando direitos até então inexistentes e reinventando oportunidades políticas de participação e intervenção nas decisões da empresa. Também é ao longo dessa trajetória que se processa a constituição da identidade política de mais um sujeito coletivo, na área rural da região do Alto Uruguai: o Movimento dos Atingidos por Barragens. Simultaneamente, e no interior do mesmo processo, construiu-se, a duras penas, o poder de representação e a legitimidade da CRAB, enquanto porta-voz dos interesses da população atingida pelas 23 barragens planejadas para a bacia do Rio Uruguai, envolvendo um total de 80 municípios gaúchos e catarinenses. Até o momento, só uma (Itá) está sendo construída.

No que diz respeito ao enfrentamento com a empresa subsidiária da Eletrobrás (a Eletrosul), evidencia-se o embate entre duas lógicas excludentes e irreconciliáveis. É aqui que se configura, com maior clareza, o "impacto pelo avesso",

que é quando os atingidos dão o troco e impõem limites à implantação de projetos essenciais à estratégia de desenvolvimento prevalecente.

À lógica tecnocrática e autoritária da desinformação, característica da prática do setor elétrico como um todo, os atingidos vão opor a constante e insistente busca de informações detalhadas com relação à implantação do projeto e às verdadeiras motivações do empreendimento. A incapacidade do setor elétrico de fornecer respostas claras e precisas coloca em dúvida a própria necessidade e urgência do projeto em pleno contexto de crise e recessão. Traduz-se, ainda, no sério questionamento da competência profissional dos técnicos responsáveis pelos estudos e levantamentos. O RIMA da barragem de Itá, por exemplo, diferencia *área de abrangência* de *área afetada*, que, por sua vez, não corresponde a *área atingida*. Em resumo, os atingidos nunca conseguem uma informação precisa sobre as dimensões do empreendimento e suas verdadeiras conseqüências. Desmistifica-se com isso a competência científica e metodológica dos técnicos responsáveis pelos estudos e levantamentos em que se fundamentam os empreendimentos.

À estratégia territorial e patrimonialista, que leva a empresa a só levar em conta os atingidos com títulos de propriedade para fins de indenização, os atingidos vão responder de duas formas. Exigem a troca de "terra por terra", tentando evitar que as precárias indenizações inviabilizem a reprodução da condição de trabalhador rural, forçando milhares de agricultores a engrossarem as fileiras dos batalhões de miseráveis, filhos diletos do moderno fenômeno da "urbanização". Reivindicam, ainda, reassentamento para os trabalhadores rurais sem-terra que trabalham na área atingida. Os reassentamentos estão sendo instalados com toda a infra-estrutura necessária, com recursos da empresa estatal, em terras adquiridas de grandes latifundiários da região. Obrigaram a empresa a assumir responsabilidades que pretendia transferir para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que teria provocado uma disputa entre o Movimento de Barragens e o Movimento dos Sem-Terra. Forçaram, com isso, a realização de uma pequena "reforma agrária", mesmo que no sentido estrito e distributivista, implementada com recursos do setor elétrico!

Ampliam, desta forma, os direitos previstos na legislação, restritos à indenização pelas terras e benfeitorias. Mesmo no caso das indenizações, os atingidos recusam-se a aceitar os valores impostos pela empresa, nos termos da lei, e exigem a formação de uma comissão, com a participação de representantes das duas partes, para a elaboração de uma pesquisa de preços no mercado da região. Descartam, ainda, a possibilidade de se deixarem seduzir pelos "projetos de colonização" no Norte do país, para os quais as autoridades tentam atraí-los. A resistência a estas propostas cresceu ainda mais a partir do estreitamento das relações com os atingidos pelas barragens da Amazônia.

A tradicional "negociação individual", praticada pelas empresas do setor, é substituída pela negociação coletiva, realizada nas sedes sociais das comunidades e não mais nas residências particulares de cada atingido. Também as negociações de acordos e reivindicações se fazem em processos coletivos, e a partir de grandes mobilizações. Mesmo quando atendem à exigência da empresa de só negociar com uma comissão de representantes, estes se fazem acompanhar de uma pequena multidão que se aglomera nos pátios e corredores dos locais onde se dão as conversações. É uma forma de lembrar a concretude da vontade coletiva e seu poder de pressão. A empresa sempre acaba submetendo-se a uma forma de negociar que é dos atingidos, e não mais a imposta por ela. Além disso, encontra-se sob a permanente pressão dos atingidos, através do que eles denominam de "ação direta": retenção ou expulsão de funcionários e técnicos que invadem as propriedades, "arrançamento" de marcos, paralisação de obras, ocupações de dependências da empresa, romarias e assim por diante.

A longa lista de exigências e reivindicações revela-se um mecanismo de denúncia da flagrante desproporção do percentual dedicado às questões sociais, no orçamento dos grandes projetos (3.7% do total dos custos de construção da usina hidrelétrica de Machadinho, orçada em Cr\$ 143 bilhões à época). As reivindicações são tantas, que se torna impossível atendê-las nos limites do orçamento previsto. Os atingidos implodem, desta forma, a lógica instrumental do binômio custo-benefício, impregnando-o de conteúdo social e humano. Levada às últimas conseqüências, esta estratégia inviabiliza a implantação dos projetos nos termos em que foram planejados. Foi assim que os atingidos "barraram" a

barragem de Machadinho, projeto que a Eletrosul teve de suspender. Os "ex-futuros atingidos", desconfiados, continuam mobilizados para garantir o "Machadinho, nunca mais!" e articulam-se agora em torno de um projeto de recomposição das matas ciliares, sob a coordenação da CRAB.

Uma das maiores vitórias do movimento foi a vinculação do cronograma de solução das questões sociais ao cronograma de obras. A empresa fica impossibilitada de dar continuidade às obras sem antes ter resolvido as pendências de indenização, assentamento, realocação de estradas, vilas, rede de eletricidade etc. Abre-se com isso precioso precedente que pode impedir a repetição das catástrofes sociais vivenciadas pelos atingidos por barragens construídas em períodos anteriores.

No decorrer desta luta, começam a ser esboçados os primeiros contornos de uma proposta de reforma energética, e já é possível detectar elementos que batem de frente com a estratégia de desenvolvimento e modernização das forças dominantes. Mesmo sendo incipiente, é digno de nota o ineditismo de uma proposta que questiona o cerne do processo de desenvolvimento prevaemente no país: a sua matriz energética. Cabe lembrar ainda que, a partir de 1991, a proposta tem tido o respaldo dos "movimentos de atingidos" de todo o país, articulados no Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. A resolução final do 1º Congresso foi a de impedir a construção de qualquer nova barragem, para forçar a busca de fontes alternativas de produção de energia elétrica e de soluções para as centenas de questões sociais e ambientais pendentes, relativas a barragens já construídas ou em construção.

O processo de discussão do RIMA da barragem de Itá promete preparar os atingidos para colocarem em cheque, entre outras coisas, a peculiar visão de mundo que transpore nesses documentos. Como recurso para diluir a dimensão dos impactos, os técnicos dividem o mundo em três partes: o mundo físico, o mundo biótico e o econômico-social. Isto possibilita, por exemplo, a análise dos impactos sobre a água em um capítulo separado daquele onde se fala dos peixes que, por sua vez, nada têm a ver com a atividade do pescador!

A luta expressa-se também no campo institucional, com a introdução de disposições transitórias nas Leis Orgâ-

nicas Municipais e na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, referentes a novos critérios para o licenciamento de obras de grande porte, como usinas hidrelétricas. A eleição de lideranças rurais para as Câmaras de Deputados, estadual e federal, também demonstra o esforço de democratização do marco institucional.

Nas entrelinhas desta história, é possível reconhecer as primeiras letras do novo código de conduta social e política que as lutas populares vêm esboçando. O capítulo escrito pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai ilustra bastante bem como se forjam os embriões de valores, princípios e práticas sociais que podem vir a fundamentar um processo de desenvolvimento democrático, em direção a uma modernidade humanizada. Evidencia, ainda, a incompatibilidade entre a modernidade sonhada e a modernização engendrada pelo modelo capitalista de desenvolvimento.

## BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Isabel. "Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil". In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 25 (4):45-11, outubro-dezembro/91.

COSTA, A.L.B. MARTINS *et alii*. "Hidrelétricas, ecologia e progresso (contribuições para um debate)". Rio de Janeiro, CEDI, 1990 p. 21-25 e 27-33

LA ROVERE, Emilio L. "O planejamento do setor elétrico brasileiro: principais problemas", in *Travessia*, (6):12-17, janeiro-abril 1990.

MIELNIK, O. e NEVES C.C. "Formação do setor hidrelétrico: do privado ao estatal". In: ROSA, Pinguelli *et alii* (orgs). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais, Rio de Janeiro, AIE/COOPE., Marco Zero/CNPq, 1988, p. 17-38

MORAES, M.S. "O movimento dos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai e sua organização através da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens): 1980/1990". Relatório de pesquisa do projeto "Democracia e Movimentos Sociais", realizado pela FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional) durante o ano de 1990, mimeo.

SCHERER-WARREN, ILSE e REIS, M.J. "As barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social", in *Boletim de Ciências Sociais* (41) 25-48, Florianópolis, 1986.

SEVÁ Fº., A. Oswaldo. "Intervenções e armadilhas de grande porte: (um roteiro internacional dos dólares e seus argumentos, e dos prejuízos dos cidadãos nas obras hidrelétricas)", in *Travessia*, 6:5-11, janeiro-abril, 1990.

SIGAUD, Ligia. "Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho". Rio de Janeiro, Comunicação nº 9, Museu Nacional, UFRJ, 1986, mimeo.

VAINER, C.B. e ARAÚJO, F.G.B. "Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas", in *Travessia*, 6:18-24, janeiro-abril 1990.